

MOVIMENTOS SOCIAIS: A DIFÍCIL TAREFA DE DEFINI-LOS

SOCIAL MOVEMENTS: THE DIFFICULT TASK TO DEFINE THEM

Cláudio Jorge Moura de CASTILHO¹

RESUMO

Escrevemos este texto para pensar e indicar alguns parâmetros claros que possam definir, com maior clareza, o fenômeno dos movimentos sociais. Sabemos que isto é um grande risco que corremos, na medida em que os movimentos sociais constituem um fenômeno incerto e escorregadio. Entretanto, temos que correr este risco para que consigamos compreender este fenômeno a fim de explicá-lo objetivamente. Para isso, primeiramente, retomamos algumas definições acerca dos movimentos sociais, feitas por alguns dos autores mais referenciados; em seguida analisamos estas definições; e por último, apresentamos nossa contribuição a partir da geografia, para esta discussão. Do ponto de vista metodológico, utilizamo-nos da técnica da revisão bibliográfica sobre os movimentos sociais para colocar nossa ideia.

Palavras-chave: Movimentos sociais, Definição de movimentos sociais, Contribuição da geografia.

ABSTRACT

We write this text in order to think and indicate some parameters to define the social movements phenomena. We know that it is a hard risk that we take, in so far as it is an uncertain and slippery phenomena. However, we ought to take this risk so that we can better understand this phenomena in order to explain it in an objective way. For this reason, firstly, we retake some definitions of social movements made by the authors most referred to; secondly, we analyze these definitions; and thirdly, we present our contribution from geography for this discussion. Methodologically, we use the technique of a bibliographic review on social movements in order to introduce our idea.

Keywords: Social movements, Definition of social movements, Contribution from geography.

INTRODUÇÃO

Tomando como ponto de partida algumas das definições que o dicionário Houaiss (versão 2009) emite sobre o vocábulo conceituar – definir, qualificar, avaliar, dentre outras – este ensaio busca recolocar alguns elementos para retomar a discussão sobre a definição conceitual de movimentos sociais. O que nos remete, por sua vez, à sua qualificação e avaliação.

Mas, para que servem os conceitos nas ciências sociais? Para nortear o trabalho dos pesquisadores, pensadores e agentes sociais em movimento nos processos de apreensão, entendimento e reflexão sobre a existência e a práxis dos homens em seus diversos tempos e espaços vividos.

¹ Professor da Universidade Federal de Pernambuco

Como esses tempos e espaços são excessivamente dinâmicos e, em algumas vezes, escorregadios, sobretudo quando se tratam de processos sociais em movimento permanente e sempre inacabado como os movimentos sociais, a tarefa de conceituá-los torna-se ainda mais difícil.

O que acontece em virtude, principalmente, do fato dos movimentos sociais, constituírem, pela sua própria natureza, processos incertos, inacabados e indefinidos, os quais mudam constantemente segundo vicissitudes inerentes às especificidades das formações socioespaciais em que eles se formulam e entram em ação. Daí por que se tem dito e repetido, diversas vezes, que os movimentos sociais constituem um processo social rebelde, e isto, ao mesmo tempo, em sua realidade e virtualidade.

Visando à concretização do objetivo acima colocado, pretendemos assim: recuperar alguns conceitos de movimentos sociais, principalmente os mais referenciados na ciência e nas práticas sociais (primeira seção); fazer uma síntese dessas definições, reunindo-as para fundi-las num todo coerente conforme nossa própria concepção de movimentos sociais (segunda seção); e indicar a contribuição da geografia na discussão e no debate sobre o tema em apreço (terceira seção).

1. ALGUMAS DAS TENTATIVAS MAIS REFERENCIADAS DE CONCEITUAR MOVIMENTOS SOCIAIS

Quando a ciência começou, efetivamente, a ter interesse pelos movimentos sociais? E por que razão isto aconteceu? Estas perguntas já foram respondidas por Gohn (1997):

A partir dos anos 60, em várias regiões acadêmicas do mundo ocidental, o estudo dos movimentos sociais ganhou espaço, densidade e *status* de objeto científico de análise e mereceu várias teorias. Tudo isto ocorreu porque, em parte, os movimentos ganharam visibilidade na própria sociedade, enquanto fenômenos históricos concretos. De outra parte houve o desenvolvimento de teorias sobre o social, e as teorias sobre as ações coletivas ganharam novos patamares, em universos mais amplos, construindo uma nova teoria sobre a sociedade civil. (Ibidem, p. 10-11)

Com efeito, foi naquele período que os movimentos sociais tornaram-se mais visíveis e, ao mesmo tempo, passaram a ser percebidos como agentes capazes de influir em decisões públicas. Daí, vários cientistas começaram a debruçarem-se sobre este fenômeno.

Ao mesmo tempo, para esta mesma autora, era fundamental, naquele momento, aproximar as teorias das práticas concretas dos movimentos sociais, e sempre chamando nossa atenção para não cairmos em um empirismo exacerbado, de maneira a perdermos a meta da referida aproximação.

Porque se trata, ante todo, de saber de que se habla, es decir, de aprender a reconocer los “movimientos sociales urbanos”, inducir algo de carne, es decir, de historia concreta, en lo que no es todavía más que un espacio teórico mal delimitado o una referencia ideológica globalizante. [...] Pero esto no quiere decir volver a caer en un empirismo, limitarse a una simple observación que, por sí misma, no podría hacer otra cosa que acumular anécdotas. Esto quiere decir, tratar fenómenos supuestamente cargados de contradicciones desde el ángulo de la emergencia de las reivindicaciones sociales y de las movilizaciones políticas, al mismo tiempo que se busca las leyes de su articulación con la lucha de clases general. (Ibidem, pp. 380-381)

Segundo Gohn (1997), ademais a teorização acerca do fenômeno dos movimentos sociais é uma tarefa muito difícil, na medida em que, concordando com A. Melucci, ela diz que:

[...] eles são “parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas, onde a ação é portadora imediata da tecitura relacional da sociedade e do seu sentido” [...]. Ou seja, os movimentos transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais. Na maioria das vezes, eles estão questionando estas estruturas e propondo novas formas de organização à sociedade política. Por isso eles são inovadores [...] e são lumes indicadores da mudança social. (Ibidem, p. 12)

Esses movimentos foram vistos, naquele mesmo período, como novas contradições que, concentradas, sobretudo, nas cidades, viriam a alimentar a contradição básica do capitalismo, isto é, aquela entre capital e trabalho. Nesta perspectiva, abordando ações dos movimentos sociais urbanos, Castells (1976, p. 475) os definiu como:

[...] un sistema de prácticas que resulta de la articulación de una conyuntura definida, a un tiempo, por la inserción de los agentes-soportes en la estructura urbana y en la estructura social, y la naturaleza tal, que su desarrollo tienda objetivamente **hacia la transformación estructural del sistema urbano o hacia una modificación sustancial de la correlación de fuerzas en la lucha de clases**, o sea, en última instancia, en el poder del Estado. (destaque nosso)

Contudo, neste mesmo trabalho, o autor já chamava nossa atenção para o caráter limitado dos movimentos sociais quando limitados a fazer reivindicações voltadas, mormente, ao consumo de bens de infraestrutura urbana e serviços na cidade. Considerando a crise da moradia no Chile, este mesmo autor escreveu o seguinte:

El movimiento reivindicativo popular siempre ha sido vigoroso. En consecuencia, la reivindicación urbana a todos los niveles, desde la organización de arrendatários hasta la toma de terrenos, tiene una larga tradición en Chile, habiendo sido particularmente aguda en los años 1947-1952. En cambio, la emergencia del movimiento de pobladores, a la vez como entidad orgánica y como frente específico de la lucha de clases, es un fenómeno relativamente reciente y situado en un tiempo político determinado. O sea, que **no basta una “necesidad social”, generadora de una reivindicación de las masas, para generar un movimiento social, es decir, un movimiento significativo en las relaciones de poder entre las clases**. Dicha “crisis” y dicha reivindicación requieren una determinada articulación con la conyuntura de la lucha de clases y con las estrategias políticas que la expresan. (CASTELLS, Ibidem, p. 431-432) (destaque nosso)

Enfim, para Castells (Ibidem, pp. 431-432),

[...] no basta una “necesidad social”, generadora de una reivindicación de las masas, para generar un movimiento social, es decir, un movimiento significativo en las relaciones de poder entre las clases. Dicha “crisis” y dicha reivindicación requieren una determinada articulación con la coyuntura de la lucha de clases y con las estrategias políticas que la expresan.

Porém, na prática, o que tem acontecido, com mais frequência, é que:

[...] a nivel económico casi todos los reformismos tropiezan con el mismo insalvable obstáculo: tratan de reajustar la distribución del producto sin alterar las bases mismas de la estructura productiva, y basan en esa política de dádivas su capacidad de integración social. Ahora bien, sin capacidad política para revolucionar la estructura de clases, pronto se hacen limitados los recursos de que se dispone para redistribuir lo que no distribuye el sistema. A partir de ese momento, cuanto más altas han sido las expectativas y la movilización en términos de demanda de consumo, mayor es la posibilidad de radicalización en sentido inverso de las masas que constituían las clases apoyo. Tal sucedió en la movilización en torno a la vivienda. (CASTELLS, 1976, p. 434)

Não obstante sua recente visão um tanto que “fatalista” (CASTELLS, 1999) no que tange ao uso das inovações tecnológicas como caminhos para o progresso e para a resolução dos problemas sociais², inclusive, como condição à própria eficácia dos movimentos sociais; notamos que esse último dado abre mais ainda as opções em termos da complexidade dos movimentos sociais.

Neste seu último trabalho ora citado, obra muito polêmica, Castells (1999) retoma o papel dos movimentos sociais no âmbito do que ele chama de *sociedade informacional*, e sob uma visão menos ortodoxa e mais aberta através da qual os define como:

[...] ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições de uma sociedade. Considerando que não há percepção de história alheia à história que percebemos, *do ponto de vista analítico*, não existem movimentos sociais “bons” ou “maus”, “progressistas” ou “retrógrados”. São eles reflexos do que somos, caminhos de nossa transformação, uma vez que a transformação pode levar a uma gama variada de paraísos, de infernos ou de infernos paradisíacos. Não se trata de observação meramente incidental, visto que os processos de transformação social em nosso mundo não raro tomam forma de fanatismo e violência que não costumamos associar a mudança social positiva. Não obstante a tudo isso, este é nosso mundo, isto somos nós, em nossa contraditória pluralidade, e é isto que temos de compreender, se for absolutamente necessário enfrentá-lo e superá-lo. (Ibidem, p. 20) (itálicos no original)

Prosseguindo, e ao mesmo tempo, fazendo uma autoavaliação dos seus estudos acerca dos movimentos sociais, urbanos em especial, durante os anos das décadas de setenta e oitenta do século XX, o autor sugeriu que:

[...] os movimentos urbanos (processos de mobilização social com finalidade preestabelecida, organizados em um determinado território e visando objetivos urbanos) estariam voltados a três conjuntos de metas principais: necessidades

² Não temos nenhuma dúvida de que as novas tecnologias sempre desempenharam papel fundamental para o progresso econômico, porém elas não foram úteis para o desenvolvimento – social – das pessoas na sua totalidade. Basta pararmos um pouco para pensar e refletir sobre os resultados do progresso contínuo da “Revolução Tecnológica”, em seus diversos tempos e espaços, para o mundo, e notaremos que esses resultados aconteceram muito mais para garantir interesses econômicos do que sociais.

urbanas de condições de vida e consumo coletivo; afirmação da identidade cultural local; e conquista da autonomia política local e participação na qualidade de cidadãos. Esses três conjuntos foram combinados em diferentes proporções pelos diversos movimentos sociais e os resultados obtidos foram, naturalmente, distintos. Contudo, em muitos casos, **sua própria existência já produziu algum significado, não apenas para os atores sociais, mas para toda a comunidade.** E isto vale não só para o período de duração do movimento (normalmente curto), mas para a memória coletiva da comunidade. Com efeito, argumentei, e ainda sustento essa opinião, que tal produção de significado é um elemento essencial das cidades, ao longo da História, pois o ambiente construído, bem como seu significado, são engendrados por um processo de conflito entre os interesses e valores de atores sociais antagônicos. (CASTELLS, 1999, pp. 79-80) (destaque nosso)

Projetando sua visão para o futuro, mas ao mesmo tempo reafirmando o que ele já havia dito antes sobre o tema dos movimentos sociais – os movimentos sociais urbanos especificamente –, ele ainda acrescentou que:

[...] os movimentos urbanos estavam se tornando as principais fontes de resistência à lógica unilateral do capitalismo, estatismo e informacionalismo. Isso ocorreu principalmente porque diante do fracasso dos movimentos e políticas pró-ativas (por exemplo, o movimento trabalhista, os partidos políticos) na luta contra a exploração econômica, a dominação cultural e a repressão política, não restou outra alternativa ao povo senão render-se ou reagir com base na fonte mais imediata de auto-reconhecimento e organização autônoma: seu próprio território. [...] Houve a produção de significado e identidade: minha vizinhança, minha comunidade, minha cidade, minha escola, minha árvore, meu rio, minha praia, minha capela, minha paz, meu ambiente. Contudo, essa foi uma identidade defensiva, uma identidade de entrenchamento no que se entende como conhecido contra a imprevisibilidade do desconhecido e do incontrolável. Subitamente indefesas diante de um turbilhão global, as pessoas agarram-se a si mesmas: qualquer coisa que possuíssem, e o que quer que fossem, transformou-se em sua identidade. (Ibidem, p. 80)

Buscando contextualizar essas ideias no momento do crescimento, da expansão e da densificação da rede dos meios de comunicação eletrônica, aproximando e aperfeiçoando formas de comunicação horizontal e participação política dos cidadãos, ele defende que esses meios informacionais, com o uso do computador, proporcionam interação e debates entre as pessoas, em redes sociais sempre em movimento.

Desse modo, para ele,

O desenvolvimento da política simbólica bem como da mobilização política em torno de causas “não políticas”, via eletrônica ou por outros meios, é [...] tendência que poderia integrar o processo de reconstrução da democracia na sociedade em rede. Causas humanitárias, tais como as defendidas pela Anistia Internacional, Medicina Sem Fronteiras, Greenpeace, Oxfam, Food First, e milhares e milhares de grupos ativistas locais e globais e organizações não-governamentais em todo o mundo, constituem o fator de mobilização mais poderoso e pró-ativo na política informacional. Tais mobilizações são organizadas em função de temas objeto de amplo consenso, não necessariamente alinhados a este ou aquele partido político. [...] Via de regra, essas mobilizações estão no meio-termo entre movimentos sociais e ações políticas, pois fazem seu apelo diretamente aos cidadãos, pedindo às pessoas que exerçam pressão sobre instituições do governo ou empresas

privadas que possam ter um papel importante no tratamento da questão defendida pela mobilização. [...] Em última análise, **o objetivo das mobilizações é atuar no processo político, isto é, influenciar a gestão da sociedade pelos representantes dessa sociedade.** [...] Recuperam a legitimidade do interesse pelas questões públicas nas mentes e nas vidas das pessoas. Atingem esse objetivo ao introduzir novos processos e novas questões políticas, agravando a crise da democracia liberal clássica e ao mesmo tempo estimulando o surgimento do que ainda está para ser revelado: a democracia informacional. (CASTELLS, 1999, pp. 411-412) (destaques nossos)

Touraine (1984) conceituou e analisou os movimentos sociais – enquanto *novos movimentos sociais* – como atores, isto é, como “outros” sujeitos na história independentes das “vanguardas” tradicionais, distanciando-se, também, do marxismo ortodoxo.

Posteriormente, Touraine (1989) retomou de maneira mais objetiva, com o objetivo de entender a dinâmica dos movimentos sociais na América Latina, a ideia dos três princípios básicos para o processo de formação e conceituação dos movimentos sociais: os de identidade (compreensão do movimento em si, bem como do papel dos seus próprios atores, na sua dinâmica), oposição (clareza quanto aos alvos e metas do movimento) e totalidade (compreensão do contexto em que esses movimentos se formariam e em que as lutas sociais aconteceriam).

Tendo-se debruçado sobre diversos tipos de lutas sociais na América Latina – principalmente as camponesas, messiânicas, indígenas, comunitaristas religiosas, lutas nacionais e de reivindicação urbana – Touraine (Ibidem) concluiu que, esses tipos de lutas aproximavam-se mais de ações sociais gerais entre adversários, do que, de fato, do conceito de movimentos sociais. O que se devia, principalmente, ao fato que elas não conseguiam formular e articular os três princípios acima lembrados, tornando-as fragmentadas, fracas e limitadas.

Enfim, segundo Gohn (1997, p. 152), para A. Touraine, em trabalhos posteriores:

As novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, menos ainda libertar as forças de progresso e de futuro, mas ‘mudar a vida’, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida dos que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais [...] Os novos movimentos sociais **falam mais** de uma autogestão que de um sentido de história, e mais **de democracia interna que de tomada de poder.** (destaques nossos)

Ideia que será retomada, tal como veremos posteriormente, por D. Harvey em muitos dos seus mais recentes trabalhos.

Para Gohn (Ibidem, pp. 19-20), enfim, que também considerou a contribuição de todos os autores supracitados para tratar do problema destacado neste artigo, os movimentos sociais:

[...] são **fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais.** Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta **em períodos determinados.** Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Como numa galáxia espacial, são estrelas que se acendem enquanto outras estão se apagando, depois de brilhar por muito tempo. São

objetos de estudo permanentes. **Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão**, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explicá-los: esta é a nossa principal tarefa e responsabilidade como intelectuais e cidadãos engajados na luta por transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e livre. (destaques nossos)

Em outras palavras, segundo esta mesma autora, um movimento social

[...] refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis portanto. [...] Os movimentos sociais vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social, da luta social, da **busca do novo ou reposição/conservação do velho**. Estes fatores conferem às ações dos movimentos caráter reativo, ativo ou passivo. [...] Movimentos sociais são uma das formas possíveis de mudança e transformação social. (GOHN, *Ibidem*, pp. 247-248) (destaque nosso)

Assumindo todos os riscos possíveis de uma conceituação geral de um fenômeno tão difícil de ser definido, notadamente, pelo seu caráter rebelde e escorregadio, após ter feito as definições anteriormente citadas, Gohn (*Ibidem*, p. 251-252) conceituou movimentos sociais como:

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais articuladas em certos cenários de conjuntura socioeconômica e política de um país criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. **Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada**; participam direta e indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. **Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam.** (destaques nossos)

Esta é uma das definições mais abrangentes, abertas e complexas do fenômeno dos movimentos sociais, a partir das chamadas “ciências sociais”.

Depois de termos feito uma revisão da discussão em torno do debate sobre a definição dos movimentos sociais enquanto fenômeno social, bem como das suas perspectivas de ampliá-la e contextualizá-la, faremos agora uma síntese desta revisão³.

2. PERSPECTIVAS A PARTIR DO URBANO E SÍNTESE CONCEITUAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Essas discussões foram fundamentais não somente para a epistemologia da *teoria social crítica*, como também para a *geografia crítica*, tendo esta última, por sua vez, contribuído muito para a consolidação de uma geografia verdadeiramente social. A este respeito, e tal como colocamos no início deste escrito:

A *Questão Urbana*, de Castells (1972), foi certamente a obra que mais influenciou o pensamento crítico sobre a cidade nos anos 70 e início dos 80. Partindo de uma crítica radical à teoria da Ecologia Humana – que representavam, àquela época, aquilo que de mais teórico havia sobre as cidades nas Ciências Sociais – Castells propôs toda uma nova forma de se pensar o urbano, uma forma que, segundo ele, libertava o pensamento do conteúdo ideológico e legitimador do *statu quo* presente nos modelos ecológicos. Para ele, a cidade precisava ser pensada a partir de sua inserção num referencial teórico maior, já discutido por Lefèbvre, mas que contava agora também com a interpretação estruturalista desenvolvida por Althusser. E dentro desse referencial, o lugar teórico que caberia à cidade era, segundo Castells, o de viabilizador da revolução! (ABREU, 1994, p. 59)

Para Castells, ao final do século XX, a contradição básica do capitalismo baseada nos embates entre capital e trabalho deixava de ocupar posição central na questão urbana, mas, ao mesmo tempo, ela não perdia sua importância no processo revolucionário. No entanto, ela deveria ser articulada a um conjunto de outras contradições inerentes ao novo momento urbano do capitalismo de então, articulação de contradições que, acumuladas e unificadas nas cidades, sobretudo, poderia desencadear uma efetiva ruptura do capitalismo.

As cidades, ainda para Castells (1977) constituiriam, com efeito, o lugar central do surgimento dessas outras contradições relevantes, constituindo lugares em que a possível *unidade de ruptura* ocorreria com maior clareza e destreza. O que também foi constatado por Abreu (1994), na medida em que este último autor disse que, para Castells, era nesses espaços urbanos que:

³ Vale salientar que houve muitas outras contribuições importantes e interessantes – a exemplo das de N. Poulantzas, J. Lojkin, E. Laclau, A. Melucci etc. – que poderiam ter sido mencionadas aqui. Porém, preferimos deixá-las para uma outra reflexão teórica, talvez dando continuidade a esta discussão desencadeada por nós. Opção que foi feita, sobretudo, para evitar alongar ainda mais o presente texto, dificultando, assim, a objetividade do tratamento da questão ora delimitada.

[...] as contradições originárias da produção (bastante localizadas nas áreas urbanas) eram reforçadas por aquelas que diziam respeito ao consumo, principalmente ao consumo coletivo. Para ele, era a partir dos movimentos que surgiam na esfera do consumo coletivo [o que também evidenciamos na primeira seção deste artigo] (os chamados Movimentos Sociais Urbanos) que o potencial revolucionário da cidade se efetivava. Havia então que se proceder a um monitoramento constante do nível de tensão existente na cidade, não apenas na área da produção como também (e principalmente) na do consumo, e aguardar o momento exato da ebulição concomitante de ambas para agir. Entretanto, como essa ebulição conjunta não aconteceria de forma espontânea, era necessário fazer com que ela viesse a ocorrer, tarefa que caberia ao Partido (comunista, naturalmente). (Ibidem, p. 59-60)

Não obstante a própria autocrítica do autor, sobretudo com relação ao papel do Partido Político, nesse processo, o fato é que esta obra influenciou muito a geografia – urbana – mundial e brasileira, como veremos, de uma maneira geral, na próxima seção deste artigo.

Ainda vale ressaltar a repercussão das ideias de H. Lefevre no pensar e refletir em torno de práticas históricas criativas e inovadoras em termos de processos de produção de espaços urbanos na Geografia, dentre as quais citamos a seguinte:

Contre la société fondée sur l'échange, il y a le primat de l'usage. Contre la quantité: la qualité. Les contre-projets, le contre-espace, on sait par une pratique en quoi ils consistent. Quand une population s'oppose à un programme d'autoroute ou d'extension urbaine, quand elle réclame des "équipements", des places vacantes pour les jeux et les rencontres, on perçoit comme un contre-espace s'introduit dans la réalité spatiale: contre l'Oeil et le Regard, contre la quantité et l'homogène, contre le pouvoir et l'arrogance, contre l'extension sans limite du "privé" et de la rentabilité d'entreprise – contre les espaces spécialisés, contre les fonctions étroitement localisées. [...] Inévitablement, cette résistance et cette contre-action maintiennent ou font surgir des unités territoriales distinctes, dotées d'une auto-gestion plus ou moins autonome. Non moins inévitablement, l'État central [que deve ser relativizado hoje!] tend à se renforcer en réduisant ces autonomies locales, en profitant de leur isolement et faiblesse. (LEFEBVRE, 1986, p. 440)

Ainda na perspectiva de chamar a atenção da sociedade para os riscos do silêncio diante de toda a problemática social vivenciada nos diversos espaços, levantando a bandeira do *direito à cidade*, Lefèbvre (Ibidem, p. 441) disse que:

La pression de la base doit s'en prendre à l'État en tant qu'organisateur de l'espace, contrôlant l'urbanisation, la construction des édifices, la planification spatiale. Elle peut et doit donc retourner contre l'État, qui simultanément gère des intérêts de classe et s'érige au-dessus de la société entière, sa capacité d'intervenir dans l'espace en opposant un contre-espace, des contre-plans et contre-projets, aux stratégies, plans et programmes imposés par en haut.

Procurando ampliar ainda mais, embora indiretamente, a reflexão sobre o fenômeno dos movimentos sociais, Harvey (2004) recoloca alguns pontos essenciais sobre as condições existentes para o desencadeamento desse fenômeno – relativos ao mundo do trabalho e às relações sociais com a natureza – no atual contexto histórico-geográfico. Dentre essas condições, ele ressalta o que ele chama de *utopismo dialético*, o qual se refere, grosso modo, à capacidade

que a sociedade possui – inclusive os seus movimentos sociais – de imaginar novos cenários para as nossas sociedades. Neste sentido, diz ele que:

[...] a tarefa consiste em determinar uma alternativa em termos que não alguma forma espacial estática ou mesmo algum processo emancipatório aprimorado. **A tarefa é montar um utopismo espaço-temporal – um utopismo dialético – que tenha raízes fincadas em nossas possibilidades presentes ao mesmo tempo que aponta trajetórias diferentes** para os desenvolvimentos geográficos desiguais humanos. (HARVEY, 2004, p. 258) (destaques nossos)

Deslindando ainda mais esta ideia, e, concomitantemente, buscando fundamentar sua contribuição para a mudança social efetiva, Harvey (Ibidem) defende que:

A arquitetura do utopismo dialético tem que se fundamentar em matrizes contingentes de relações sociais existentes e já formadas. Estas compreendem processos econômico-políticos, junções de capacidades tecnológicas e as características superestruturais do direito, do conhecimento, das crenças políticas e assim por diante. Tem além disso que reconhecer que está imersa num mundo físico e ecológico em constante mudança. Parafraseando Marx, **todos nós, em nossa condição de arquitetos, concretizamos a vontade de criar**; fazemos isso, não obstante, em condições que não criamos nem escolhemos. Acresce que, como nunca podemos ter inteira certeza das plenas implicações de nossas ações, as trajetórias de mudança histórico-geográfica resultantes sempre fogem ao controle total de nossa vontade – individual e coletiva. (Ibidem, p. 302) (destaque nosso)

O que nos abre os olhos para o fato de que nosso *utopismo dialético* deve acontecer com os pés no chão, isto é, ele deve estar ligado ao conjunto das condições concretas em que ele é pensado, refletido e praticado. Um dos elementos desse conjunto, para ele, reside na luta por direitos, os quais, a despeito de terem feito parte do rol das reivindicações burguesas – e por isto ele tem sido muito criticado, sobretudo, por marxistas ortodoxos –, eles, também, constituem escopo dos principais movimentos sociais do mundo contemporâneo. E por este motivo, não podemos deixar de considerá-los em nossas reflexões e práticas.

Refletindo ainda mais acerca das suas próprias ideias sobre o acima exposto, com base em consequências da atual crise do capitalismo mundial, em trabalho mais recente, Harvey (2012a) reconhece que:

Descrever algo como “guerra de classes” significa, no clima político atual e no julgamento de seus especialistas, colocar-se fora do espectro de considerações sérias e até mesmo ser tido como imbecil ou sedicioso. Mas agora, pela primeira vez, há um movimento explícito que enfrenta o Partido de Wall Street e seu mais puro poder do dinheiro. [...] Ela mostra como o poder coletivo de corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado. A praça Tahrir [Cairo, Egito] mostrou ao mundo uma verdade óbvia: **são os corpos nas ruas e praças, não o balbucio de sentimentos no Twitter ou Facebook, que realmente importam**. (Ibidem, pp. 60-61) (destaque nosso)

Devendo atingir todos os alienados, insatisfeitos e descontentes com relação à percepção de que algo não está certo, tentando uma união em torno de uma oposição democrática coerente baseada em lutas por direitos, os movimentos sociais para Harvey (Ibidem, p. 62), devem propor

“[...] uma forma alternativa de organizar a produção, a distribuição e o consumo para o benefício do povo”.

Em especial sobre a atual experiência ligada ao *Occupy Wall Street*, dentre outras, diz ele que o que este movimento

[...] propõe é que nós [...] nos comprometamos a reverter esse nível de desigualdade, não só a riqueza ou os salários, mas, e ainda mais importante, o poder político que essa disparidade gera. O povo estadunidense tem orgulho, com razão, de sua democracia, mas ela sempre esteve à mercê do poder corrompedor do capital. [Sendo agora] tempo de fazer outra Revolução Americana, como Jefferson sugeriu há muito tempo ser necessário, está se aproximando: que seja baseada em justiça social, igualdade e uma aproximação cuidadosa e consciente da relação com a natureza. (Ibidem, p. 63)

Posteriormente, retomando e reforçando o papel dos direitos, no âmbito da ideia do *direito à cidade*, como bandeira principal dos movimentos sociais, Harvey (2012b) defende que:

[...] **the idea of the right to the city** does not arise primarily out of various intellectual fascinations and fads (though there are plenty of those around, as we know). It primarily **rises up from the streets, out from the neighborhoods, as a cry for help and sustenance by oppressed peoples in desperate times**. How, then, do academics and intellectuals (both organic and traditional, as Gramsci would put it) respond to that cry and that demand? It is here that a study of how Lefebvre responded is helpful-not because his responses provide blueprints (our situation is very different from that of the 1960s, and the streets of Mumbai, Los Angeles, Sao Paulo and Johannesburg are very different from those of Paris), but because his dialectical method of immanent critical inquiry can provide an inspirational model for how we might respond to that cry and demand. (Ibidem, xiii) (destaques nossos)

Antes de passarmos para a última seção deste escrito, retomaremos as ideias principais a respeito das tentativas de conceituação recuperadas na seção anterior – direta ou indiretamente – acerca dos movimentos sociais, focados, porém, mais para o urbano, que é nossa área de maior conhecimento.

Ideias que, na nossa visão, em seu conjunto, contribuem para a definição de movimentos sociais, no momento histórico atual:

- De Castells (1977; 1999), destacamos aquelas ideias que definem movimentos sociais como práticas sociais resultantes da articulação entre agentes da vida cotidiana e estrutura social, voltadas para a transformação da estrutura urbana, ou para modificações substanciais das correlações de forças no âmbito da luta de classes; que colocam essas práticas não limitadas à reivindicação de bens e serviços pelas massas, mas, simultaneamente, atingindo, a partir das suas ações, as relações de poder entre as classes sociais; que se tratam de caminhos inerentes à nossa própria transformação, levando-nos a uma gama variada de paraísos ou infernos, dependendo do seu compromisso; e

que, pela sua própria existência, são importantes na medida em que produzem significados seja para os seus agentes, seja para a coletividade em geral.

- De Touraine (1984; 1989), destacamos aquelas que definem os movimentos sociais como práticas de atores sociais que não visam criar um novo tipo de sociedade, mas mudar a vida social, através da defesa dos direitos dos homens; que, hoje, falam mais de democracia interna do que de tomada de poder; e que, buscando clareza em termos da definição dos movimentos sociais, defendem que, para constituí-los, é necessário haver três princípios: identidade, oposição e totalidade.
- De Gohn (1997), destacamos as que reconceituam movimentos sociais como fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais, o que sempre acontecerá enquanto ainda existirem situação de desigualdade, opressão e exclusão; que buscam tanto o novo quanto a conservação do velho, dependendo, é claro, da natureza do compromisso dessas lutas para com as forças políticas existentes na sociedade; que geram uma série de inovações tanto na esfera pública quanto na do “terceiro setor”, quanto na privada; e que possuem como base entidades e organizações sociais e políticas, cujas agendas de atuação giram em torno de demandas socioeconômicas.
- De Lefèbvre (1986), destacamos a defesa da ideia que a sociedade não deve silenciar-se diante da problemática social, mas deve continuar lutando, a partir das suas práticas sociais, pelo *direito à cidade*; bem como a possibilidade de, por meio dessas lutas, construir-se *contra-projetos* e, por conseguinte, *contra-espacos* contra o poder e a arrogância dominante do privado e da rentabilidade empresarial a todo custo.
- De Harvey (2004; 2012 a; 2012 b), destacamos que os movimentos sociais, cujos agentes constituem arquitetos com vontade de criar algo novo, possuem como tarefa fundamental a de montar um *utopismo dialético*, a partir das possibilidades reais existentes no presente, sempre procurando construir estratégias para o futuro. E sempre com os pés no chão, visto que vivemos sob condições que não criamos e não escolhemos, mas que continuam existindo; que o que importa mais para esses movimentos, é a concretude dos corpos nas ruas e praças e não o mero balbucio de sentimentos no Twitter e no Facebook; que a ideia do direito à cidade deve ser recuperada, na perspectiva da revolução urbana, constituindo as cidades os lugares desse grito de socorro das pessoas em virtude da sua situação de opressão e crise; e que suas lutas devem sempre ultrapassar os níveis locais, articulando-se com os outros níveis mais globais do capitalismo, numa perspectiva de lutas multiescalares.

Como podemos notar, não obstante as diferenças filosóficas⁴ existentes entre os autores supraindicados, existem muitas coincidências entre as suas definições, sobretudo, no que diz respeito à concepção dos movimentos sociais, os quais, explícita ou implicitamente, aparecem como: práticas históricas voltadas para a mudança da problemática socioeconômica e política que ainda persiste em nossas sociedades; práticas que devem ser realizadas, ao mesmo tempo, em diversos níveis do mundo contemporâneo – dos locais aos globais – articulando-se “em redes”; e que vêm apresentando tendências a voltarem-se mais para questões vinculadas aos seus problemas cotidianos do que para tomadas de Estados, com base em práticas construídas a partir de conquistas de direitos humanos, sob parâmetros gerais da ideia do direito à cidade.

Diante do acima exposto, arriscamos definir movimentos sociais como um conjunto complexo de práticas sociais históricas voltadas para a mudança da problemática socioeconômica, espacial e política que ainda persiste em nossas sociedades; que devem ser realizadas, ao mesmo tempo, nas diversas escalas do acontecer social – microlocal (vizinhança mais próxima), local (bairro), regional (cidade, área metropolitana etc.), globais (nação, mundo etc.) – articuladas “em redes”; e que podem, dependendo do seu contexto histórico-geográfico, apresentar tendências para voltarem-se ora para questões vinculadas aos seus problemas cotidianos ora para, ainda, “tomadas de Estados”, com base em bandeiras de lutas construídas a partir de conquistas de direitos humanos, sob os parâmetros gerais da ideia do direito à cidade.

Buscando libertar-nos de ideias limitadoras dessas práticas sociais, com base em raciocínios ortodoxos que acabam virando verdadeiras camisas de forças, consideramos como movimentos sociais qualquer prática social histórica que apresente os parâmetros acima utilizados para a definição de movimentos sociais. E isto, ainda que eles não estejam, em seu todo, objetivamente claros e nitidamente presentes.

⁴ H. Lefèbvre foi um intelectual marxiano não ortodoxo que, comprometido com a interpretação da realidade e virtualidade do processo de produção do espaço social dos homens, vislumbrou perspectivas concretas da produção de contra-espacos, com a finalidade de mudar a sociedade existente. O M. Castells do início dos anos 1970, que havia lido trabalhos do Lefèbvre, dentre os quais *La production de l'espace*, era um intelectual que, no contexto das lutas urbanas na Europa e América Latina naquele período, procurava entender os processos de construção de espaços sociais – urbanos diferentes dos existentes, até então – ressaltando o papel dos movimentos sociais (urbanos) como atores fundamentais neste processo, a partir da busca do acesso a bens de consumo coletivo; enquanto que, nos anos 1990 em especial, ele demonstrou maior preocupação com o uso de novas tecnologias pelos atores dos movimentos sociais, no âmbito de uma dinâmica de organização social em redes informacionais. Mas numa perspectiva menos radical como a anterior. Tendo feito reflexões no âmbito de diferentes abordagens críticas da sociedade inter-relacionada com sua dimensão espacial, D. Harvey, logo, adotou uma postura, também, marxiana não ortodoxa, como Lefèbvre, dos processos de produção social dos espaços humanos, sempre defendendo a mudança concreta desses espaços, e ressaltando, sobretudo nos seus últimos trabalhos, o papel fundamental dos movimentos sociais nessa mudança. A. Touraine, distanciando-se do marxismo ortodoxo e posteriormente do próprio marxismo, objetivava ressaltar a importância dos atores sociais como sujeitos da História, falando mais do papel dos indivíduos do que das classes sociais no processo de mudança social; e isso com base na ideia de ação social e não na de luta de classes.

Desse modo, a fim de deixar nossa ideia mais clara, daremos dois exemplos. Um movimento de bairro ou um movimento de ocupação de terrenos urbanos, embora para muitos não constituam movimentos sociais efetivos, nos os consideramos com tais. E por quê? Porque, ao partirem de problemas de carência vividos no seu cotidiano, eles buscam mudar essa situação de carência na vizinhança, no bairro e na cidade, envolvendo e articulando diversos agentes sociais em rede (intelectuais, associações, entidades etc.), fazendo valer seus direitos institucionais à cidade.

E tanto o primeiro como o segundo tipo, ambos, obtiveram conquistas dignas de menção, a exemplo do caso da introdução das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) na lei de uso e ocupação do solo urbano no Brasil, bem como na formação do Plano de Regularização das ZEIS, pelo movimento de bairros das cidades; e o direito de permanecer, contra todas as adversidades, em terrenos escolhidos para ocuparem, fazendo valer a Constituição da República e o Estatuto da Cidade, no caso de movimentos de ocupação de terrenos. (CASTILHO, 2011; CASTILHO, 2012)

3. CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA⁵

Na medida em que uma *sociedade sem o seu espaço* – sua dimensão material – *é pura abstração*, também, os movimentos sociais – organização, mobilização e conquistas sociais – acontecem em algum lugar do espaço, construindo seus territórios e suas territorialidades por meio do uso que fazem de porções desse espaço voltadas para os seus interesses.

Como resultados de práticas sociais históricas,

Le territoire est généré à partir de l'espace, il est le résultat d'une action conduite par un acteur syntagmatique (acteur réalisant un programme) à quelque niveau que ce soit. En s'appropriant concrètement ou abstraitement (par exemple par la représentation) un espace, l'acteur "territorialise" l'espace. [...] Le territoire, dans cette perspective, est un espace dans lequel on a projeté du travail, soit de l'énergie et de l'information, et qui, par conséquent, révèle des relations toutes marquées par le pouvoir. (RAFFESTIN, 1980, p. 129)
[...] la territorialité prend une valeur tout à fait particulière puisqu'elle reflète la multidimensionalité du vécu territorial par les membres d'une collectivité, par les sociétés en général. Les hommes "vivent" tout à la fois le procès territorial et le produit territorial à travers un système de relations existentielles ou productivistes, toutes sont des relations de pouvoir en ce sens qu'il y a interaction entre des acteurs qui cherchent à modifier et les rapports avec la nature et les rapports sociaux. (Ibidem, p. 143)

⁵ A despeito da existência de particularidades no que diz respeito à produção teórica acerca dos movimentos sociais pela geografia, aos níveis do Brasil e do Mundo, preferimos dar um tratamento mais geral a esta questão. Mesmo porque, existem outros trabalhos que já consideraram estas particularidades de maneira mais específica e aprofundada (PEDON, 2009; e SILVA, 2012).

Ademais, mesmo os movimentos que começam e que se desencadeiam em *espaços virtuais* não deixam de ter – e usar – sua materialidade, haja vista que, também, estes espaços possuem alguma base material: os computadores, por exemplo, são objetos materiais que estão localizados em alguns pontos do espaço, conectados às redes de energia elétrica, informacional, comunicacional etc.

Querendo ou não, essas novas práticas acabam, por outro lado, ganhando espaços – materiais – públicos, a exemplo do que tem ocorrido, nos últimos anos, com os movimentos dos *indignados* e do *occupy Wall Street* em praças e ruas do mundo. Trata-se, pois, dos corpos nas ruas!

É, portanto, esta dimensão material dos movimentos sociais que justifica a emergência – já há décadas, por sinal! – de uma contribuição proveniente, também, da geografia; muito embora este campo do conhecimento científico não desconsidere, ao mesmo tempo, a importância da dimensão imaterial – simbólica – de todos os processos sociais no e a partir do espaço que lhes serve, concomitantemente, de suporte, meio e condição para suas próprias ações, já constituídos como territórios e formando territorialidades.

Articulando esses dois conceitos acima, Raffestin (Ibidem) defende que cada sistema territorial guarda sua própria territorialidade, a qual é vivida pelos indivíduos e pelas sociedades. Essas territorialidades, concomitantemente, manifestam-se em todas as escalas do acontecer social, constituindo, assim, a *face vécue – face vivida* – do poder. O qual se refere, no caso da nossa discussão, ao poder de uso dos territórios pelos movimentos sociais a fim de concretizarem seus diversos interesses.

Considerando, em certa medida, alguns pressupostos inerentes à lógica global do processo de urbanização atual no capitalismo baseado na globalização (enquanto perversidade, fábula e possibilidade), Santos (2000) argumentou que:

Tal sociedade e tal economia urbana dual (mas não dualista) conduzirão a duas formas imbricadas de acumulação, duas formas de divisão do trabalho e duas lógicas urbanas distintas e associadas, tendo como base de operação um mesmo lugar. O fenômeno já entrevisto de uma divisão do trabalho por cima e de outra por baixo tenderá a se reforçar. A primeira prende-se ao uso obediente das técnicas da racionalidade hegemônica, enquanto a segunda é fundada na redescoberta cotidiana das combinações que permitem a vida e, segundo os lugares, operam em diferentes graus de qualidade e de quantidade. (Ibidem, p. 146)

Tendo em vista este contexto histórico-geográfico do mundo atual, para Santos (Ibidem), se por um lado, dessa divisão do trabalho por cima gera-se uma solidariedade ligada a interesses externos aos lugares, mais vinculada a vetores verticais cuja racionalidade acontece conforme a um conjunto de normas rígidas, exclusivas e implacáveis; por outro lado,

Na divisão do trabalho por baixo, o que se produz é uma solidariedade criada de dentro e dependente de vetores horizontais cimentados no território e na cultura locais. Aqui são as relações de proximidade que avultam, este é o domínio da flexibilidade tropical com a adaptabilidade endógena. A cada movimento novo, há um novo equilíbrio em favor da sociedade local e regulado por ela. (Ibidem, p.146)

Portando, é no território da vida cotidiana das pessoas que – ainda mais diretamente do que indiretamente (aqui considerando as experiências virtuais tão defendidas hoje!) – os movimentos sociais acontecem de maneira mais dinâmica, na medida em que é nesta dimensão material da sociedade que as pessoas vivem, encontram-se, comunicam-se – e não apenas se informam – refletindo sobre suas experiências etc.

Daí a importância da proximidade espacial não apenas como prática social concreta, como também, simultaneamente, conceito voltado à compreensão dos movimentos em discussão. A este respeito, temos que considerar que:

No lugar, nosso Próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que permite os tempos externos das escalas superiores e do eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e de tempo. No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, formas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática do mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 1997, p. 258)

Desse modo, a proximidade que nos interessa não se reduz a uma simples definição de distâncias, mas referindo-se, ao mesmo tempo, à contigüidade de pessoas vivendo, comunicando-se e construindo relações, bem como criando vínculos sociais com potencialidades para construir o mundo. É assim que o território torna-se forte, o que é uma condição fundamental para fazer valer os interesses horizontais das pessoas – com destaque para os *homens lentos*, os pobres – aí localizadas e mobilizadas.

O território é, assim, o espaço que, por sua própria natureza acima ressaltada, suscita a formação de práticas diversas de movimentos sociais por meio do encontro, da comunicação e da aproximação das pessoas. Com efeito, tal como dizia Paulo Freire, ninguém muda nada sozinho, pois as mudanças só acontecem quando as pessoas se juntam no mundo. O que também não se realiza sem sofrimento, daí porque, para Santos, a criação e a inovação em termos de construção de territórios são processos desencadeados de baixo, onde se acham as pessoas que mais conhecem o mundo porque sofrem carências que são desconsideradas ao nível de cima.

Sobre ainda esta questão, convém ressaltar que é

Através do entendimento desse conteúdo geográfico do cotidiano [que] poderemos, talvez, contribuir para o necessário entendimento (e, talvez, teorização) dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam. (SANTOS, 1997, p. 256)

A geografia, decerto, trouxe contribuições muito interessantes para este problema, na medida em que, como nunca deixou de levar em conta as diversas escalas do acontecer das ações sociais no e a partir do espaço vivido e transformado em territórios, enriqueceu o debate acerca da dinâmica dos movimentos sociais no mundo.

No que diz respeito a este problema da escala, convém lembrar que a sociologia também trouxe uma contribuição interessante, o que provavelmente aconteceu em função de aproximações entre este campo do conhecimento científico com a geografia, a qual, naquele período, já estava dialogando com o filósofo francês Henri Lefèbvre.

Desse modo, para Castells (1976, p. 381),

[...] hemos preferido desplegar el proceso, de conjunto, *de una sola lucha, localizada en un barrio de París*, a fin de mostrar los hitos sucesivos de nuestra tentativa de captar el nacimiento de una nueva realidad. [...] En la articulación entre *lucha "urbana"* [contra projetos de renovação urbana, no caso] y *lucha política*, es muy arriesgado limitarse a estudiar un solo sentido de la relación, porque se tienen muchas probabilidades de encontrar un máximo de movimiento de transformación allí donde la *lucha política de clases* es el elemento central de la movilización "urbana", aumentada así en su expresión.

Essa aproximação é fundamental, na medida em que, ainda para Castells (Ibidem, p.406), "[...] cada derrota reivindicativa que no se ha politizado en el sentido de una radicalización es también una derrota política, ya que no tiene lugar el paso a la escena institucional".

A luta por direitos, já considerada anteriormente neste artigo, acontece seja no âmbito da questão do trabalho, seja no da questão ambiental, produzindo espaços insustentáveis neste mundo nosso de cada dia. No que tange, particularmente, à primeira questão, muitas pessoas têm sofrido por conta de problemas como:

[...] a falta de respeito e de dignidade do local de trabalho, a quase ausência do poder de barganha no mercado de trabalho, formas mínimas de consumo, que ameaçam a vida, e terríveis condições de criação de filhos. Não é difícil ver as marcas de toda essa violência em corpos individuais. (HARVEY, 2004, p. 170)

Para considerar outra contribuição interessante na Geografia, que procurou fundamentar uma concepção ambiental em que Homem e Natureza devem ser concebidos como partes de um mesmo processo em que o homem é a natureza que toma consciência de si própria, Gonçalves (2011), coloca que existe um significativo desrespeito, no Brasil, para com a conservação dos recursos naturais. Com isso, ele defende a ideia que o movimento ecológico deve ter em mente que:

A problemática ecológica implica outras questões extremamente complexas. Implica outros valores, o que por si só coloca questões de ordem cultural, filosófica e política. Implica um outro conceito de natureza e, conseqüentemente, outras formas de relacionamento entre os seres vivos; com o mundo inorgânico; enfim, dos homens entre si. (GONÇALVES, *Ibidem*, p. 22)

Trata-se de um conjunto de problemas que têm suscitado lutas que, partindo do nível pontual/local, apresentam condições de chegar a níveis mais abrangentes/globais, apontando caminhos à formação de movimentos sociais efetivos. Por exemplo,

Uma campanha pelo “salário vital”, organizada pelo Baltimoreans United in Leadership Development (BUILD), procura mudar toda essa situação. [...] A BUILD se tornou na cidade [de Baltimore] uma voz ativista em favor da mudança social e do desenvolvimento econômico dedicada à melhoria do bem-estar de populações empobrecidas e marginalizadas. (*Ibidem*, p. 170)

Criou-se, com isso, uma base muito importante junto aos trabalhadores, capaz de suscitar diversas capacidades e potencialidades em termos de ações; bem como um sólido e vigoroso esforço de formação de alianças com diversos atores sociais. O que ocorreu na medida em que esta campanha

[...] fez um intenso aproveitamento do conceito de dignidade do trabalho e do trabalhador, chegando mesmo, em algumas ocasiões, a atrever-se a alegar que a renda segundo a qual “algum emprego é melhor do que nenhum” deveria ser questionada quando a qualidade, a potencialidade e a dignidade dos processos de trabalho disponíveis fossem levadas em conta. [...] **A Prefeitura agora determina que todos os salários da cidade e todos os contratos terceirizados no âmbito da cidade respeitem a política do “salário vital”.** (*Ibidem*, p. 173) (destaques nossos)

Resultado que, segundo o autor, atingiu, no período, cerca de trinta cidades e outros estados dos Estados Unidos. Trata-se, assim de uma *política do corpo*, mas que apresenta possibilidades para a concretização de uma política de coalizão bem mais ampla, portanto em outra escala espacial. Desse modo, nas palavras do próprio autor,

A luta por um salário vital no espaço de Baltimore tem o seu lugar numa luta mais universal por direitos, por justiça, por dignidade e decência em todos os interstícios de um capitalismo globalizador. Suas particularidades a tornam peculiar conferem-lhe seus pontos fortes e fracos, mas não são irrelevantes para o atingimento de uma política mais universalizadora. (*Ibidem*, p. 177)

Desse modo, a geografia vem, ultimamente, debruçando-se sobre perspectivas concretas das ações dos movimentos sociais em suas diversas escalas, ao mesmo tempo, agindo local e globalmente. O que, por outro lado, não é uma postura nova, na medida em que sempre se tem considerado a relevância da multiescaridade no âmbito dos estudos dos movimentos sociais, sobretudo quando abordados a partir da geografia.

Desconhecemos trabalhos na geografia que não tenham chegado a conclusões que traduzidas na necessidade de ultrapassar essa escala local – pontual e limitada – dos

movimentos sociais; bem como na superação dessas escalas das suas lutas urbanas como condição para a eficácia desses movimentos sociais.

Daí porque temos que reavaliar algumas das nossas conclusões precipitadas quando não consideramos essas lutas “pontuais” como movimentos sociais, mas apenas como movimentos reivindicativos. Pensamos, ao contrário, que elas são práticas de movimentos sociais, embora, algumas vezes na sua fase inicial, no âmbito de um processo contínuo, inacabado e territorializado.

Desse modo, o fato de pessoas que ainda vivem sob situação socioespacial de carências, em sua vida cotidiana, conseguirem construir seus territórios e formularem territorialidades vinculadas às suas próprias especificidades temporo-espaciais, já é um salto muito relevante para mudar suas condições de vida. Muito embora, devemos dizer, ainda se precise continuar dando saltos mais significativos. Ao mesmo tempo, não podemos negligenciar o fato que o capitalismo, como diz Harvey, tem conseguido superar as suas diversas crises, tornando-se cada vez mais forte, através dos seus processos de *ajustes espaciais*. Nessa perspectiva, será que não é querer demais de pessoas que ainda vivem significativas carências em nosso país? Será que, mais uma vez, a ciência não está conseguindo, efetivamente, aproximar-se como deve da realidade em sua concretude?

CONCLUSÃO

Após termos recuperado algumas definições – e discussões afins – sobre a problemática da definição do fenômeno dos movimentos sociais, destacamos que existem muitas coincidências entre as definições feitas pelos autores mais referenciados na teoria social crítica brasileira.

Explícita ou implicitamente, essas definições aparecem como práticas históricas voltadas para a mudança da problemática socioeconômica e política que ainda persiste em nossas sociedades; práticas que devem ser realizadas, ao mesmo tempo, em diversos níveis do mundo contemporâneo – dos locais aos globais – articulando-se “em redes”; e que vêm apresentando tendências a voltarem-se mais para questões vinculadas aos seus problemas cotidianos – do que para ações de tomadas de Estados – com base em práticas construídas a partir de conquistas de direitos humanos, sob os parâmetros gerais da ideia do direito à cidade.

Diante dessa tentativa de síntese em torno do conceito de movimentos sociais (urbanos), arriscamos fazermos uma definição, concebendo-os como um conjunto indissociável e complexo de práticas sociais históricas voltadas para a mudança da problemática socioeconômica, espacial

e política que ainda persiste em nossas sociedades; que devem ser realizadas, ao mesmo tempo, nas diversas escalas do acontecer social – microlocal (vizinhança mais próxima), local (bairro), regional (cidade, área metropolitana etc.), globais (nação, mundo etc.) – articuladas “em redes”; e que podem, dependendo do seu contexto histórico-geográfico, apresentar tendências para voltarem-se ora para questões vinculadas aos seus problemas cotidianos ora para “tomadas de Estados”, com base em bandeiras de lutas construídas a partir de conquistas de direitos humanos, sob os parâmetros gerais da ideia do direito à cidade.

Por último, apresentamos a contribuição da Geografia – através do seu olhar da sociedade pelo espaço – na difícil tarefa de definir um fenômeno tão escorregadio como os movimentos sociais, a fim de tornar a sua compreensão mais fácil. Procuramos, assim, deixar claro que os movimentos sociais (urbanos), ao entrarem em ação, usam o espaço (urbano) transformando-os em seus territórios de vida e consolidando suas territorialidades, as quais serão fundamentais para fortalecer esses territórios.

Embora infringindo normas técnicas de redação de textos – a ABNT, no caso brasileiro – concluirei de vez este artigo, citando uma opinião sobre um dos papéis fundamentais da geografia no âmbito da teoria social crítica:

Su temi più limitati ho cercato qui anch'io di mettere sul tavolo alcuni problemi che rimangono aperti e che, a mio avviso, richiederebbero oggi ulteriori riflessioni e sperimentazioni da parte dei geografi. In particolare credo che meriti impegnarsi per fare del lato poetico – ambiguo, metaforico – della geografia una risorsa adatta a connettere e tradurre linguaggi, esperienze, identità, visioni e aspirazioni conflittuali, trasformandole in rappresentazioni e in pratiche di ordinaria territorialità, orientate alla costruzione di un convivere comune. Mi pare poi che, a partire da queste esperienze, si possa provare e costruire un metodo e una teoria della geografia basata sulla transcalarità e sulla multiscalarità dei luoghi in un'epoca di grande mobilità come la nostra. (DEMATTEIS, 2010, p. 436)

Deixamos esta última citação, como contexto teórico e metodológico mais amplo, para uma futura discussão sobre a complexidade do tema desenvolvido neste artigo, a fim de buscar não somente atualizá-la, mas, sobretudo, aprofundá-la.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 56, n. 1/4, pp. 21-122, jan./dez. 1994.

CASTELLS, Manuel. *La cuestión urbana*. México: Siglo XXI, 1977 (1972).

_____. *O poder da identidade*. A era da informação: economia, sociedade e cultura, volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Nuevos rumbos del activismo socio---espacial en

- recife/pe: comunidade Josué De Castro – ¡La esperanza de la construcción de un nuevo territorio! *New Cultural Frontiers*, 2, pp. 63-86, 2011.
- _____. Construção de uma metodologia científica voltada aos espaços vividos dos movimentos socioterritoriais. *Movimentos sociais e dinâmicas espaciais*, v. 1, n. 1, pp. 99-129, 2012.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Vedere il non nascosto. Certezze e dubbi sul pubblico della verità geografica. *Bollettino della società geografica italiana*, Roma, serie XIII, pp. 421-440, 2010.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 15ª edição. São Paulo: Contexto, 2011.
- HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. *Rebel cities. From the right to the city to the urban revolution*. Londres: New York: Verso, 2012 a.
- _____. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: *Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012 b.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 3e édition. Paris: éditions Anthropos, 1986.
- PEDON, Nelson Rodrigues. *Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica* (Doutorado em geografia). Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, 2009.
- RAFFESTIN, Claude. *Pour une géographie du pouvoir*. Paris: Litec, 1980.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SILVA, Katielle Susane do Nascimento. Contribuição teórica da geografia à compreensão dos movimentos sociais urbanos. *Movimentos sociais e dinâmicas espaciais*, Recife, v. 1, n. 1, pp. 83-98, 2012.
- _____. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- TOURAINÉ, Alain. *Le retour de l'acteur*. Paris: Fayard, 1984.
- _____. *Palavra e sangue*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- PEDON, Nelson Rodrigues. *Movimentos Socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica* (Tese de Doutorado). Presidente Prudente: [s.n], 2009.

Artigo recebido em 10 de Janeiro 2013 e aceito em 15 de Fevereiro de 2013